

# *Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica*

For a philology in historical linguistics research

*Alicia Duhá Lose*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Arivaldo Sacramento de Souza*

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148542058>

**Resumo:** O presente artigo traz uma reflexão sobre a necessária relação entre a Linguística Histórica e a Filologia, analisada aqui no âmbito da Crítica Textual, visto que nos propomos discutir como os critérios utilizados na preparação de edições e a relegação, a segundo plano, da materialidade dos textos editados podem influenciar o resultado das análises linguísticas. Para isso, tentaremos rever alguns posicionamentos e rearticulá-los para um debate em torno do estudo filológico para pesquisa linguística, fora de uma dimensão servil a que muitos pesquisadores dão à Filologia e à Paleografia como uma operação técnica de composição de documentos para extração de dados.

**Palavras-chave:** Filologia. Linguística Histórica. Edição de textos. *Corpora* linguísticos.

**Abstract:** This article presents a discussion on the necessary relationship between Historical Linguistics and Philology, here analyzed within the context of Textual Criticism, since we intend to discuss how the criteria used for the preparation of editions and how relegating the materiality of the edited texts to the background may influence the result of the linguistic analyzes. For that purpose, we'll try to review some positions and rearticulate them towards a debate regarding philological study for linguistic research, dissociated of the subservient dimension given by many researchers to Philology and Paleography as a technical operation of composing documents for data extraction.

**Keywords:** Philology. Historical Linguistics. Textual Criticism. Linguistic corpora.

## 1 Introdução

A vertente filológica da tradição ocidental toma os bibliotecários de Alexandria e a tradição de estudos de transmissão textual dos textos gregos e latinos como marco fundacionalista de suas práticas de edição e estudo de texto (SPINA, 1997). É com esse norte que quase todas as práticas filológicas desenvolvidas em torno dos textos clássicos, primeiramente, e línguas vernaculares modernas, mais recentemente, obedeceram ao propósito de restaurar o original perdido que revelaria, por conseguinte, a fidedignidade, a verdade.

Atraídos por esse paradigma hermenêutico da originalidade, os estudos literários e os estudos linguísticos em perspectiva histórica compreenderam que, antes de qualquer estudo, era imprescindível escolher textos filologicamente apreciados para que houvesse garantia das investigações. Neste artigo, discutiremos a relação entre Filologia e Linguística Histórica a partir da revisão de três estudos que, a um só tempo, articulam prática editorial conservadora (edição diplomática ou semidiplomática) e estudo linguístico (variação e/ou mudança).

Nesse escopo de atuação, apresentaremos perspectivas teóricas contemporâneas, como, por exemplo, a sociologia do texto (MCKENZIE, 2005), que colocam em xeque o ideal de fidedignidade editorial e ampliam a discussão da historicidade do texto numa abordagem mais holística. A rigor, contemporaneamente, reconhecemos não só as distâncias temporais entre o contexto de emergência do texto (o suposto original) e o contexto em que ele está sendo editado, mas também uma aguçada leitura material dos sentidos envolvidos nos usos sociais da escrita, dos suportes e tintas etc. Assim, pretendemos chamar atenção para o fato de que a Filologia não é apenas uma ciência ancilar, auxiliar, um suporte para o estudo linguístico, mas, de modo contumaz, as condições de produção para proposição de variáveis sociais e históricas para a pesquisa.

Portanto, este artigo pretende tratar, através da exposição de exemplos de edições trabalhos de pesquisadores brasileiros, como se entrelaçam a Filologia e a Linguística Histórica e qual a relevância de assumir uma abordagem holística do *texto*, direcionando o olhar para outros aspectos além do que é considerado, pelo senso comum, como língua escrita. Estamos, pois, colocando em relevância questões que, muitas vezes, definem as condições de produção de sentido do texto num dado momento histórico e que quase nunca são consideradas pelos estudos históricos das línguas. Obviamente, não conseguimos explorar

Alicia Duhá

Lose

Arivaldo

Sacramento de

Souza

---

12

à exaustão todos os certames a que se lança o pesquisador de história da língua, mas propusemos algumas chaves que pautam nossas reflexões sobre essa famigerada relação entre Filologia e Linguística.

## **2 A famigerada relação entre Filologia e Linguística Histórica**

Para a reflexão aqui apresentada, gostaríamos de começar demarcando o que entendemos por Filologia e por Linguística Histórica, isso pelo fato de os usos diferentes desses termos – às vezes intercambiáveis a depender da tradição de estudos – quase sempre nos colocarem em situações inusitadas, o que não quer dizer que nossa compreensão deva ser tomada como universal. Nesse sentido mais estratégico, utilizaremos a palavra Filologia como Crítica Textual, tendo em atenção que se trata de um conjunto de operações teóricas e práticas que se interessam pela compreensão do texto na história que o forjou. Assim, interessa à Filologia tanto as práticas de edição que objetivam a retomada do texto lendo o contexto de partida e de chegada do texto, quanto os gestos teórico-críticos que tencionam enfrentar questões hermenêuticas e críticas (BORGES; SACRAMENTO, 2012; MARQUILHAS, 2005).

No que diz respeito à Linguística Histórica, é interessante apontar para a abordagem de Mattos e Silva (2008), em seus *Caminhos para a Linguística Histórica*, quando afirma que qualquer Linguística que discuta questões a partir de dados é necessariamente histórica, uma vez que o campo do saber não pode dispensar a historicidade dos dados. Além dessa acepção lata, a linguista situou outra mais estrita, que estaria preocupada com a mudança linguística, qualquer que seja o nível de análise. De certa forma, a Linguística, ao se pensar histórica, nem sempre coloca em evidência o que ela entende por isso ou acionando a ideia de histórico como relativo ao “passado” ou a um aspecto ligado à cronologia linear (anos, décadas, séculos etc.) (NASCIMENTO; SACRAMENTO, 2019).

Uma vez apresentadas as duas interfaces por que percorreremos, é hora de pensar de que modo tem sido possível realizar a pesquisa em Linguística Histórica *stricto sensu*. Sem sombra de dúvida, é bastante consensual que seja por meio da articulação de Filologia e Linguística Histórica. Célia Marques Telles (2016) fala dessa relação de um modo especial, pois acredita que todo filólogo precisa conhecer questões relativas à Língua para entender o texto, o objeto precípua de seu ofício; no

*Para uma  
filologia na  
pesquisa em  
linguística  
histórica*

sentido contrário, o linguista histórico, que, para ela, precisa ter formação filológica, buscaria nos textos os problemas de língua, objeto fundamental de suas preocupações profissionais. A rigor, Telles (2016) não crê numa performance de filólogo separada da do linguista histórico, pois ser filólogo ou linguista é um atributo transitório que depende do objetivo da pesquisa, de modo que nenhum caminha sem o outro.

Alicia Duhá

Lose

Arivaldo

Sacramento de

Souza

Outro teórico importante que há de se destacar é Cano Aguilar (2000), que, da Espanha, afirma que as duas áreas estão em “Complementaridade Utilitária”, já que ambas as abordagens funcionam estrategicamente para o bom desempenho uma da outra. Em Portugal, Maia (2012) corrobora os demais pesquisadores enfocando os mesmos pontos de cuidado filológico na pesquisa linguística.

14

Mas, afinal, o que a Linguística Histórica demanda para as pesquisas sobre a mudança linguística? Novamente, é ponto pacífico entre especialistas a resposta: dados fidedignos representativos para a análise, e isso – comungam os pesquisadores da área – só é possível a partir de procedimentos editoriais que tornem o texto legível contemporaneamente e não alterem a *scripta* (língua escrita no texto), por isso são sempre produzidas, ou assim deveriam ser, as chamadas edições conservadoras (LOSE, 2017), porque elas possuem menor grau de interferência nos textos.

Dos muitos manuais de Crítica Textual existentes, é o de Cambraia (2005) que, ao definir e classificar os tipos de edições, utiliza o critério do grau de interferência do editor. Numa escala que vai de nenhuma intervenção à total, Cambraia coloca no extremo mais conservador a edição fac-similar e no outro a edição crítica, cujas operações são garantidas por um complexo estudo da tradição textual e pelo *iudicium* (juízo) do editor.

Entretanto, como já demonstrado por Lose (2017), sabemos que as edições fac-similares alteram, sim, o tecido textual, na medida em que parâmetros de luz, ângulo e enquadramento constroem (o cético diria deturpam) outra percepção para a materialidade, agora digital. A depender da qualidade do fac-símile, podemos obter como resultado novos olhares para o texto, a partir do manuseio das ferramentas de brilho, contraste ou nitidez, o que ajuda a leitura de trechos mais difíceis a olho nu; mas também pode ser que haja perdas de informações já que a digitalização não permite observar elementos físicos importantes como textura, grau de acidez do suporte, ou outras impressões olfati-

vas, táteis e visuais que são, muitas vezes, determinantes para a datação de um texto e para análises de fidedignidade, questões fundamentais também para a análise linguística.

Além disso, há os problemas relativos à editoração da imagem e de retoques digitais feitos por aqueles que defendem o restauro na dimensão digital do texto. Longe de pensar um argumento de defesa ou de acusação, precisamos ter em mente que cada caso é único e que o que determina a qualidade dos processos é a ética do profissional em revelar o que foi feito, daí a importância de consultar a descrição do texto e os critérios da edição. De modo generalizado, o pesquisador, de posse da edição conservadora, costuma relegar as anotações filológicas do texto, o que causa muitos entraves para a sua compreensão histórica.

Depois da fac-similar, as edições em que há transcrição do texto, com nenhum ou pouco grau de intervenção (em geral, desenvolvimento de abreviaturas e ajustes em relação à fronteira de palavras) são as que mais servem para os estudos linguísticos em perspectiva histórica. O argumento para isso é que há nesse procedimento fidedignidade, isto é, respeito às características linguísticas presentes na língua do texto escrito, fato que permite que os dados sejam representativos e não haja erros nas análises.

Todavia, a ideia de fidedignidade no processo de transcrição e de edição, por mais que haja cuidado no campo da Filologia, pode sugerir que não seja necessária a leitura filológica do fac-símile. Tal situação é realmente complicada pelo fato de que muitos elementos materiais que não são necessariamente linguísticos atuam na construção do sentido do texto de modo a condicionar, muitas vezes, a compreensão do texto. O que estamos dizendo é que os elementos materiais não verbais participam na construção do sentido do texto (CHARTIER, 2009) e isso nem sempre é considerado nas edições que estão sendo estudadas. São exemplos disso: o uso das maiúsculas, das letras capitulares, dos sinais especiais, dos sinais de pontuação, ainda hoje muito pouco estudados, mas também a disposição do texto no suporte que, muitas vezes, marca mudança de tópico ou alguma marca na sintaxe de ordem.

Disso tudo, o que mais chega a surpreender-nos é o fato de que muitas edições não apontam para as mãos que tecem o texto. A identificação dos *scriptores* (amanuenses, escribas etc.) pode ser determinante para pensarmos no problema da datação do texto, para a mudança de registro, para a compreensão do processo de produção e circulação de

Alicia Duhá

Lose

Arivaldo  
Sacramento de  
Souza

---

16

um texto. É muito comum nas tradições textuais românicas mediélicas ou modernas que um *scriptor* comece o texto e outro termine, noutra época, noutra contexto cultural. Nesses casos, não haveria, portanto, uma uniformidade, muitas vezes pressuposta pelo método, necessária para o debate em torno do problema da datação, fundamento importantíssimo para os debates em torno da periodização linguística.

Assim, se um determinado texto possui mais de um *scriptor* e o editor não revela isso a partir de um estudo paleográfico, perdemos um aspecto a mais para considerar na análise linguística. Acreditamos que, nesses casos, o linguista deve considerar cada mão como uma variável social e linguística, estratégia que pode levar para um melhor desempenho na compreensão histórica da língua. Consciente disso, precisamos, então, pensar que o contexto de produção, circulação e recepção do texto (MCKENZIE, 2005) pode ser elemento-chave para determinação das variáveis sociais de uma pesquisa, e não apenas um aspecto filológico que dispensa maiores análises. A ideia de que o texto é tão somente dado de língua, sem que se considere esse contexto, compromete qualitativamente a análise linguística.

### 2.1 Transmissão textual, variação e mudança linguística

Sobre isso, podemos destacar três estudos sobre a transmissão textual de texto que revelam a complexidade sobre a qual falamos acima. O primeiro deles é a circulação dos textos de Gregório de Mattos, cuja tradição textual não possui nenhum texto autógrafa, o segundo, o livro de receita da Infanta Dona Maria e o terceiro, o Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia. Esses três estudos dão mostras do que até aqui argumentamos.

O debate em torno do cânone poético de Gregório de Matos e Guerra não é um ponto pacífico entre os estudiosos do período. Há diversos filólogos que se debruçaram nesse debate e trouxeram uma principal questão: qual teria sido o texto original, aquele que saiu da pena do autor? Essa é a pergunta que faz, de maneira ainda mais ampla, Segismundo Spina, em *Introdução à Edótica* (1977), defendendo, pois, que o trabalho filológico sobre os *corpora* poéticos tivesse o papel de restituição do texto para que ele pudesse ser lido pela crítica em sua genuinidade.

Quando Spina (1977) descreve esse paradigma no referido manual, está acionando um conjunto de práticas editoriais oitocentista, nomeadamente lachmannianas, que se caracterizou pelo idealismo editorial comprometido com o resgate do original perdido ou da última vontade

do autor. Exclusivamente a partir desse fundamento é que qualquer outra pesquisa pode ser considerada legítima. Porém, o que não está posto é a seguinte questão: a noção de autoria ou a noção de texto genuíno são categorias válidas para o paradigma crítico e editorial no contexto em que os textos do poeta circularam ou seja, a Bahia dos séculos XVII e XVIII? Teria Gregório de Matos e Guerra ele mesmo escrito e assinado algum dos seus textos? As respostas a que chegam João Adolfo Hansen e Marcello Moreira (2015) é de que não.

Vale, então, perguntarmo-nos por que necessitamos do autor, ou melhor, da função-autor para interpretarmos os textos conforme ele pensou. Se, de fato, o texto e os gêneros poéticos são reconhecidamente sociais e utilizados para diversas práticas de sociabilidade, é a conjuntura social em sua complexidade que deve ser acionada para este fim, e não exclusivamente o autor ou sua mente (CHARTIER, 2002). É por isso que Moreira e Hansen (2015) vão afirmar que, para compreender a poesia atribuída a Gregório de Matos, é preciso conhecer os costumes poéticos dos letrados, as práticas de manuscritura, a retórica, a noção de obra e o público leitor da Bahia daquele período.

Sobre essa sociologia do texto atribuído a Gregório de Matos, Hansen e Moreira (2015) afirmam:

Os poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra circularam na cidade de Salvador da Bahia e no Recôncavo baiano primeiramente em folhas volantes, como era prática, aliás, em todo o Império Marítimo Português. Os poemas contidos nelas eram, por sua vez, lidos em voz alta ou silenciosamente, duas modalidades de apropriação da lírica correntes no mundo europeu, embora parte da poesia atribuída ao poeta baiano devesse ser participada ao seu auditório por meio do canto, como tornam patente as próprias didascálias que encimam os poemas copiados nos códices dessa tradição: “tonilhos para cantar” ou “romance para cantar”. Ao indicarem o modo de atualização dos poemas contidos nos manuscritos – não para serem lidos silenciosamente ou até mesmo em voz alta, mas para serem cantados –, as didascálias são o que Paul Zumthor, discorrendo sobre a presença da voz na poesia dos trovadores, denominou “índice de vocalidade” (HANSEN; MOREIRA, 2015, p. 126).

Alicia Duhá  
Lose

Arivaldo  
Sacramento de  
Souza

---

18

Entretanto, além dessa forma de circulação, há uma prática de cópia e de agrupamento de textos em cancioneiros ou em cadernos que, no século XVII, era mais frequente que no XVIII, quando a imprensa já estava muito mais difundida e o acesso aos livros também. Sobre esse contexto, vale mais uma passagem da referida pesquisa para apontar como a diversidade de modos de circulação do texto obriga-nos a repensar se podemos ainda lidar com categorias irrefutáveis como autoria, datação e unidade textual. Vejamos:

[A] tendência a reunir em um só volume obras de vária natureza ou ainda poemas atribuídos a mais de um autor é uma constante durante os séculos XVII e XVIII na América portuguesa, como o atestam os muitos manuscritos de caráter miscelâneo que restaram. Mesmo em uma coletânea que se propõe a ser autoral, como, por exemplo, a *Asensio-Cunha*, poemas que eram sabidamente não gregorianos no tempo da recolha das peças foram, no entanto, compilados no Códice, produzindo-se a despeito do cunho individual da recolha, uma espécie de florilégio. Há, entre os poemas atribuídos a Gregório de Matos e Guerra, no *Códice Asensio-Cunha*, outros muitos da autoria de Eusébio de Matos; outros de Tomás Pinto Brandão; poemas de João Soares da Franca e de João de Brito de Lima, além de umas quadras glosadas de Violante do Céu. O cancionero completo de Eusébio de Matos encontra-se inscrito no primeiro volume do *Códice Asensio-Cunha*, o que torna essa compilação de poesias gregorianas uma espécie de biblioteca, tal como entendida nos séculos XVI, XVII e XVIII, coleção de autores e de obras que lhes são atribuídas, embora no *Asensio-Cunha* haja a inscrição dos próprios poemas na coleção e não apenas uma remissão titular a eles (HANSEN; MOREIRA, 2015, p. 161-162).

Se imaginarmos que todas essas questões trazem variáveis muito complexas para a pesquisa, tais como a diferença entre atribuição de autoria, *scriptores* (profissionais de escrita) e sujeito intelectual que mandou fazer a cópia, a questão fica ainda mais complexa de tal modo que, para alguns, poderia inviabilizar a pesquisa. Contudo, é desse intenso processo de transformação textual que o linguista, se filologicamente orientado, pode tirar o maior proveito ao acionar dispositivos que o au-

xiliem na identificação, a partir das cópias transmitidas, de possibilidades de variantes linguístico-textuais diversas, ainda que esteja partindo de uma edição crítica, com grau de intervenção “máximo”, conforme considerado por Cambraia (2005).

Nesse caso específico, o pesquisador poderia observar as anotações presentes nos aparatos críticos, em que todas as divergências entre os testemunhos (cópias) de um determinado texto – isso envolve qualquer tipo de transformação textual – deveriam estar presentes. Portanto, a defesa é pelo uso consciente das edições disponíveis e não pelo argumento de autoridade das edições “conservadoras”, que nem sempre mostram a diversidade material fruto de uma leitura paleográfica e crítica.

O segundo exemplo é o livro manuscrito muito conhecido como *Livro de Receita da Infanta D. Maria*. Trata-se do códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles e que foi editado por Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnault em 1967, e reeditado em 1987. A última edição de que há notícia foi feita por Antonieta Buriti de Souza Hosokawa em tese defendida em 2006, sob a orientação de Heitor Megale. Ao que parece, o livro integrava a pequena biblioteca pessoal da Infanta D. Maria (1538-1577), neta de D. Manuel I.

Se observarmos a estrutura do ponto de vista codicológico, ainda segundo Manuppella e Arnault (1967), o livro é composto de quatro cadernos que, provavelmente, circularam de modo independente entre os fins do século XV e início do XVI e, posteriormente, foram copiados por um amanuense principal e outros mais em outro suporte. Isso justificaria o fato de o *Livro* ser organizado em 4 cadernos: *Caderno de manjares de carne*; *Caderno de Manjares de Leite*; *Caderno de Manjares de Ovos*; e *Caderno das cousas de Conservas*.

No que concerne à quantidade de *scriptores*, a questão não é consensual. Para Manuppella e Arnault (1967) seriam três; para Hosokawa (2006), quatro; para Célia Telles, cinco; e, noutro estudo, sete (2016). Esse debate, certamente, é fruto do estudo *scriptográfico* que funciona como um exame minucioso da morfologia da *scripta*, isto é, módulo, peso, ângulo, *ductus*, nexos e ligaduras. Só a partir da comparação, é possível afirmar quantas mãos existem, de quem é a escrita e a quem o texto está atribuído. A título de exemplo, abaixo, reproduziremos o quadro de Hosokawa (2006), em que ela apresenta os quatro amanuenses por ela identificados:

Alicia Duhá  
Lose

Arivaldo  
Sacramento de  
Souza

20

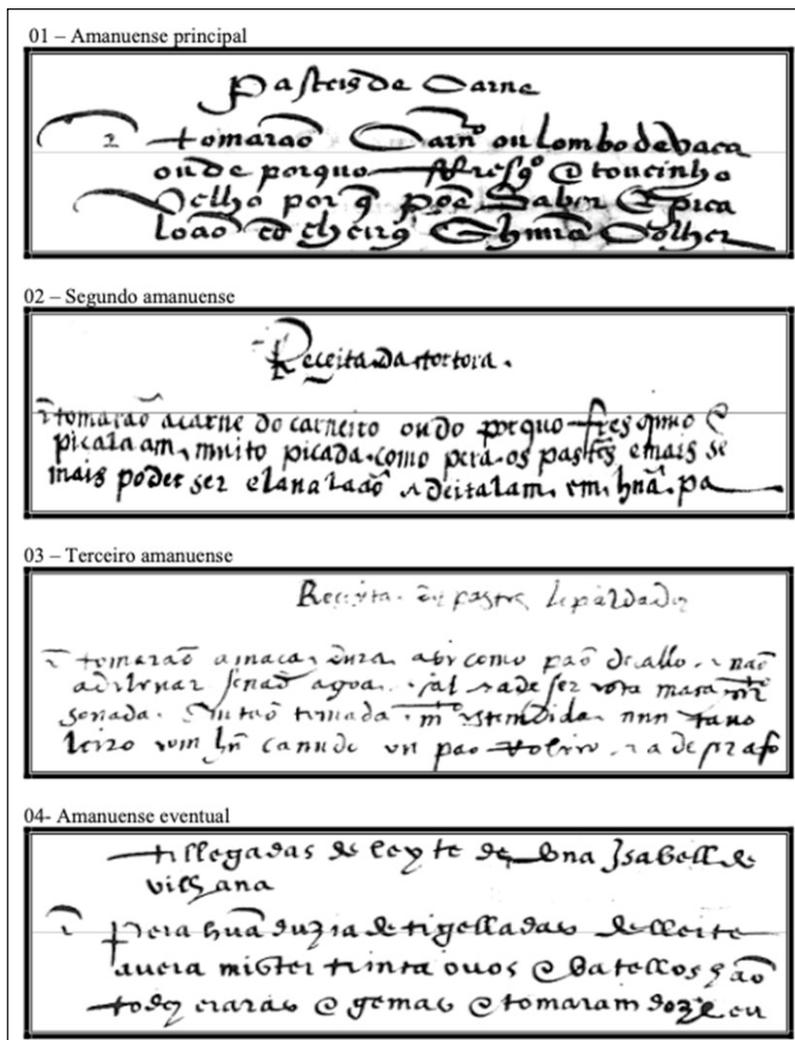


Figura 1: Amanuenses no Livro de Receita da Infanta D. Maria

Fonte: HOSOKAWA (2006, p. 13).

Com 67 receitas, das quais seis não são necessariamente culinárias, como a que ensina a fazer “vinho de açúcar que se bebe no Brasil, que é muito são e para o fígado é maravilhoso” (supostamente cachaça), o códice não foi escrito de um só fôlego, nem por uma pessoa apenas.

Tal fato não é destacado no texto da transcrição das edições semidiplomáticas apresentadas, de modo que não é possível identificar o começo e o fim de cada *scriptor* a partir do texto transcrito. Desse modo, é muito comum que, imprudentemente, os leitores julguem, de fato, se tratar de um livro das mãos da Infanta D. Maria, confundindo atribuição,

propriedade do códice, com o conjunto de questões de execução gráfica. Apenas o conhecimento sócio-histórico do códice permite entender e definir quais devem ser as variáveis sociais para a análise linguística.

Dessa forma, é preciso pensar que não se pode tomar o livro como um eixo definidor de um século, afinal, o texto é do final do XV e início do XVI, com características culturais marcadamente medievais, expressamente depreendidas pelo léxico utilizado. Assim, questões intrigantes são: haveria traços linguísticos diferentes que individualizam os amanuenses? Este seria um dado importante nesse processo? Há mudança na estrutura diplomática e na composição das receitas? Como isso impacta a análise? Há mudanças nos costumes gráficos que apontam para mudanças fonético-fonológicas? A fronteira de palavra é uma idiossincrasia do amanuense, um costume gráfico ou uma mudança em curso? Além desses, há um problema social de gênero: são mesmo homens que escreveram estes textos? Todas estas questões precisam ser pensadas como elementos da investigação histórica e social da língua.

É nessa direção que entendemos a necessária compreensão filológica para construção das questões linguísticas. Diferentemente das investigações em que os *corpora* são compostos a partir de gravações e, aí sim, é possível controlar a configuração que ao pesquisador interessa, a pesquisa histórica em Linguística precisa reconhecer quais são os limites históricos de seus problemas de pesquisa a partir do texto com que lida. Tomar o *Livro de Receita da Infanta D. Maria* como um texto que aparentemente foi produzido historicamente sob as mesmas condições é sustar a possibilidade de investigação histórica da diversidade linguística do texto. A defesa aqui é pelo uso consciente da história do texto como um problema de análise linguística.

Quase todas as questões postas acima para a compreensão do *Livro de Receita da Infanta D. Maria* podem ser também levantadas quando analisamos o *Dietario das vidas e mortes dos monges, q' faleceráo neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Príncipe dos Patriarchas S. Bento*, volume de número 155 do Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento da Bahia que traz informações sobre a história do Mosteiro – desde antes de sua fundação, que se deu em 1582, até o ano de 1815 –, contada através da biografia de cada um dos monges que passou por ali ao longo desses anos, organizadas conforme a ordem cronológica de falecimento dos biografados. Este volume também foi uma produção coletiva e não fruto do trabalho de uma única mão, como veremos a seguir.

Alicia Duhá  
Lose

Arivaldo  
Sacramento de  
Souza

22

*Dietários* são documentos comumente produzidos até os dias atuais em todos os mosteiros da Ordem de São Bento, pois cumprem a função primordial de legar à própria comunidade a memória daqueles predecessores e fazer o sufrágio dos mortos (LOSE, 2014). O volume que aqui apresentamos é o mais antigo do Mosteiro da Bahia e, por isso, o mais importante dos existentes no Brasil, posto que o mosteiro baiano é a casa-mãe da Congregação Beneditina Brasileira.

A maioria dos relatos constantes do *Dietario* denota que as vidas ali relatadas eram de pessoas simples, trabalhadoras e que pregavam incondicional obediência à Regra de São Bento e aos ensinamentos de Deus, vivendo uma vida regrada e plena de sacrifícios e de muito trabalho em função da comunidade monástica e em função do próximo. Através do *Dietário*, compreende-se um pouco mais desta instituição multissecular, espalhada pelos quatro cantos do Mundo, que é a Ordem de São Bento (LOSE et al., 2009).

Embora seja um texto, provavelmente, escrito nos sécs. XVIII e XIX,

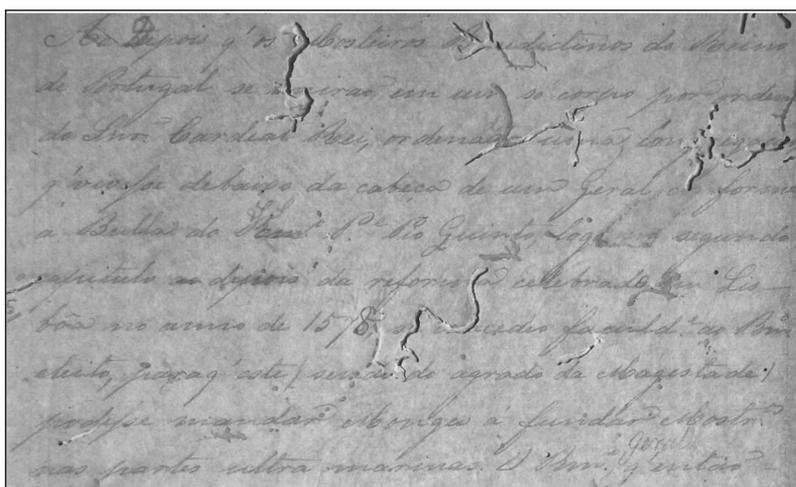
[...] a relevância maior deste documento está no fato de que as informações nele contidas alcançam um período de cerca de 234 anos, relativos aos séc. XVI, XVII, XVIII e XIX, e embora referentes, todos, diretamente à vida dos beneditinos da Bahia, trazem informações de caráter político, social, militar, econômico, genealógico, geográfico e histórico de grande importância para a história geral da Bahia e do Brasil (LOSE et al., 2009, p. 30).

O documento apresenta 154 fólios escritos no recto e no verso, por várias mãos diferentes. Num estudo inicial, foram identificados 5 *scriptores* (LOSE et al., 2009, p. 47). No entanto, analisando mais detidamente, percebemos que há características paleográficas e linguísticas que poderiam nos levar à percepção de 13 punhos produzindo o documento. Considerando a numeração de páginas inseridas posteriormente, percebe-se que a letra do 1º *scriptor* vai do fólio de abertura à página 20<sup>1</sup>, a do 2º, da 21 à 40, a do 3º, da 41 à 53, a do 4º, da 53 à 61, a do 5º, da 61 à 92, a do 6º, da 93 à 124, a do 7º, da 125 à 154, a do 8º, da 155 à 198, a do 9º, da 199 à 228, a do 10º, da 229 à 259, a do 11º, da 261 à 276, a do 12º, da 277 à 304 e a do 13º aparece apenas na página 305.

1 Numa interferência posterior, foi inserida a numeração de páginas e, pela ausência de numeração de fólios, como é mais corrente na documentação da época, optou-se por fazer as indicações pela numeração das páginas.

Cada *scriptor* apresenta características peculiares que vão muito além do traçado das letras e que poderia distinguir a cada um deles linguisticamente. Tais características vão desde o uso específico de formas de abreviar palavras, algumas bastante inusitadas, como “tp<sup>o</sup>” para “tempo”; presença ou ausência de consoantes duplicadas como <tt>, <ll>; presença ou ausência de metáteses (pertendeu, regilioso); frequência de uso ou não de fronteiras de palavras como porisso considerado como uma única lexia, ou tão bem, por tanto e oito centos consideradas como duas; a marcação de nasalidade como <~> ou <n> a exemplo de funcoens; uso de <h> nas grafias de <hum> e <huma>; até variações de caráter vocálico, a exemplo de <duente> e <doente>, <premeiro> e <primeiro>, <Deus> e <Deos>, <imprego> e <emprego>. Têm-se, ainda, alternâncias de caráter gráfico no emprego do <c>, <ç> <ss> e <s> para o fonema [s] dependendo do *scriptor*. Soma-se a isso a identificação da variação do uso do grupo /kt/ > /it/ em palavras como <oictavo> e <oitavo> – que, neste caso, parece ser uma contaminação da falsa grafia etimologizante e da grafia da forma corrente à época –, <benedictino> e <beneditino> ou então resultado de uma maior ou menor familiaridade com a cultura escrita. No que se refere à sintaxe, deve-se atentar também para o emprego da vírgula, sempre antecedendo o <e>, conjunção coordenativa aditiva, denotando, talvez, uma pontuação retórica, indicativa de pausa para leitura.

O fato importante, é que as características presentes sistematicamente em um *scriptor* não estão em outro, como podemos ver em um brevíssimo exemplo trazido a seguir:



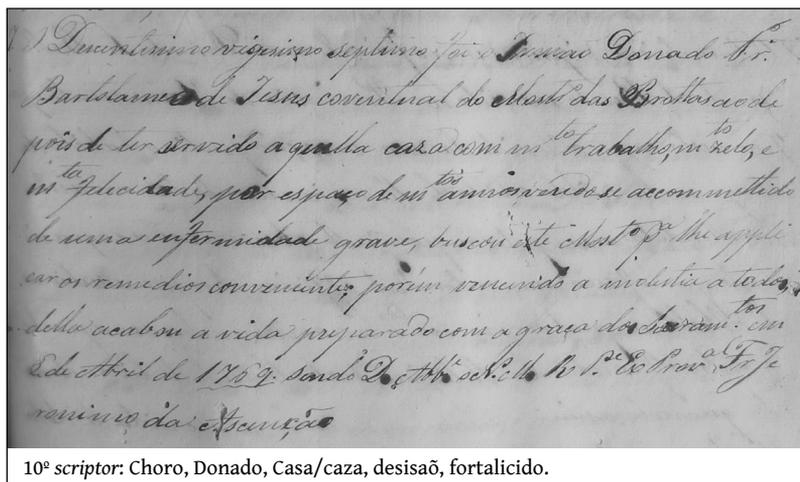
1<sup>o</sup> *scriptor*: Dêos, veses, Santo, pessôas, bôa, Donatos, também.





Alicia Duhá  
Lose

Arivaldo  
Sacramento de  
Souza



26

**Figura 2:** Excertos de fac símiles de alguns dos *scriptores* do *Dietario*

**Fonte:** Mosteiro de São Bento da Bahia, Arquivo Histórico

O *Dietario* foi editado, em 2009, por Alicia Duhá Lose, Dom Gregório Paixão-OSB, Gérsica Sanches e Anna Paula Sandes. No entanto, apesar de terem sido mencionadas essas características linguísticas aparentemente distintivas de cada *scriptor* no texto que antecede a edição publicada, a mudança de um punho para outro não é apontada na transcrição, e os critérios utilizados para edição – que estaria entre as consideradas mais conservadoras, pois se trata de uma edição diplomática, mantendo, inclusive, as abreviaturas na forma como se encontram no original – terminam por mascarar algumas dessas características, como é o caso do estabelecimento de fronteiras de palavras que não permite entrever a distinção entre porisso e por isso, tão bem e taõbem, por tanto e portanto e oito centos e oitocentos. Portanto, ao analisar os dados linguísticos do documento parece-nos imprescindível deter o olhar sobre cada um dos *scriptores* em sua individualidade.

Retomando os três exemplos aqui postos, é bastante perceptível que a desconsideração da materialidade dos **documentos** poderia macular a qualidade das análises linguísticas que tomassem como base os seus **textos**, se as análises se derem a partir de edições que priorizem pura e simplesmente a oferta de textos para trabalhos futuros. Portanto, na nossa percepção, ao filólogo crítico-textual caberia, na elaboração das edições conservadoras – já que apenas estas se prestariam aos estudos linguísticos – analisar e explicitar esses pontos que vão para além do texto. Ao linguística histórico, por sua vez, caberia a respon-

sabilidade de não relegar esses dados ao segundo plano, menos ainda ignorá-los, para a boa qualidade das conclusões a serem obtidas sobre dados de língua.

### 3 A construção social e linguística da fonte: o texto como documento de língua

Uma vez circunstanciado o problema, colocaremos aqui indicadores que precisam ser levados em consideração para a diversificação do problema histórico da mudança linguística. Isso será feito a partir das condições filológicas de leitura do texto. Para isso, tentaremos rever alguns posicionamentos e rearticulá-los para um debate em torno do estudo filológico para pesquisa linguística, fora daquela dimensão servil a que muitos pesquisadores dão à Filologia e à Paleografia como uma operação técnica de composição de documentos para extração de dados.

Inicialmente, precisamos pensar o que entendemos como **texto**, **documento** e **dados**. Quando usamos qualquer uma dessas palavras, apropriamo-nos do objeto cultural fruto de uma prática de cultura escrita, com usos sociais reconhecidos ao menos pela elite letrada de um determinado contexto cultural. Desse modo, ao chamá-lo de **documento**, evocamos o valor testemunhal e, a depender da perspectiva, damos a ele um valor de verdade, probatório, ou entendemo-lo como uma construção cultural fruto de uma rede de interesses que forjam relações socioculturais.

Embora não seja esse o foco do debate no momento, a noção de documento deriva uma ideia de que não é preciso pensar a dimensão estética, tampouco a dimensão do significado social daquele texto num dado contexto social. Ao linguista – defenderiam muitos formalistas – interessaria apenas o dado, isolado dos aspectos sociais; outros, no afã de constituir um *corpus* representativo, deixariam de lado as injunções que tornam possível aquele gênero circular e ser muito ou pouco copiado num determinado contexto; ainda temos de falar sobre os casos em que a desconsideração do texto em seu contexto prejudica a compreensão da avaliação social da norma linguística na qual o escrito foi assentado, isto é, o texto de uma hagiografia – texto frequentemente escrito num registro menos formal para orientação religiosa de religiosos e leigos de qualquer classe social (CERTEAU, 2010) – não pode ser entendido da mesma maneira que um livro como o *Leal Conselheiro* (1438), de D. Duarte, rei de Portugal, que é um tratado de ética e moral direcionado à Corte.

*Para uma  
filologia na  
pesquisa em  
linguística  
histórica*

---

27

Desse pequeno exemplo, já podemos compreender como o significado cultural do texto diz também das condições linguísticas pelas quais ele se tornou possível. Este é um debate cuja acolhida precisa ser feita pela Filologia em interface com a Linguística e outras ciências que se debruçam sobre os problemas do texto.

Alicia Duhá

Lose

Arivaldo

Sacramento de

Souza

---

28

Nenhum texto é apenas documento (uma espécie de transparência informacional de determinados dados) ou **dado** de língua. Todo texto é tomado para um ou outro fim, isto é, é uma abordagem metodológica de leitura, não uma característica intrínseca do texto. Por essa razão, é imprescindível que o debate do ponto de vista filológico seja necessário para interpretação da conjuntura histórica do *corpus* e uma reflexão metodológica.

Essa abordagem informacional de analisar o texto como documento é, de fato, fruto da atribuição das diversas metodologias de pesquisa. São elas que reclamam um *modus operandi* em que são preteridos os aspectos da cultura material que tornam possíveis que o texto físico seja colocado fora de questão. Tudo isso em função do que acreditam ser o dado, a informação neutra, uma vez que o interesse é no aspecto linguístico, no código – uma perspectiva bastante redutora para qualquer pesquisa histórica.

Sob outra perspectiva, precisamos pensar em outro problema amplamente difundido pelas pesquisas em história da língua, a saber: a qualificação literário *versus* não-literário como representatividade do “vernáculo”. A questão é mais complexa e não pode ser estabelecida desta maneira dicotômica. Primeiro, pelo fato de o argumento da literariedade de um texto já ser uma discussão superada nos debates mais contemporâneos dos estudos literários (CULLER, 1999; COMPAGNON, 2001), uma vez que, essencialmente, não haveria um elemento linguístico que pertencesse exclusivamente à função poética capaz de caracterizar a linguagem de uma mesma forma. Segundo, pelo fato de entendermos que a linguagem responsável pela produção de um gênero literário pode ser usada para produzir um gênero textual de natureza mais formal, então, não é uma questão de literariedade, mas de uso social e registro de norma linguística. Terceiro, pois é possível que determinados gêneros textuais movimentem, hibridizem, acionem e construam outras estratégias de normas que nem sempre podem ser entendidas de uma única forma. Esse é o caso do texto dramático, que pode representar, nos textos escritos que preservam a tradição, um sem fim de falantes conscientes de suas normas linguísticas recortadas pelo viés de classe, gênero, sexualidade e raça.

Desse modo, parece-nos mais perspicaz que todos esses elementos citados devam ser acionados para a pesquisa linguística como variável, não como um problema a se combater. Vale lembrar, por exemplo, os trabalhos de mudança fonológica nas línguas românicas, que só foram possíveis a partir do estudo de textos do gênero lírico, por cuja rima e métrica pudemos entrever mudanças silenciosas no consonantismo e no vocalismo. No Brasil, são conhecidos os trabalhos de Massini-Gladis Cagliari (2007) e de Célia Telles (2016), que enfrentam os desafios grafemático-fonéticos para uma fonologia histórica do português.

Portanto, quanto mais diverso é o gênero e quanto mais compreendido ele é como um problema sócio-histórico, melhor é a qualidade da descrição e análise da língua. Em outras palavras, necessitamos discutir de que modo podemos pensar o texto como documento de língua sem praticar o grau de hiperespecialização herdado do positivismo linguístico, cujas vistas eram exclusivamente voltadas para o seccionamento como procedimento de análise.

Portanto, retomando o que dissemos no início deste texto, tendo como base o que afirma Telles (2016), para a realização de um trabalho consistente, a Filologia e a Linguística Histórica não caminham, ou não deveriam caminhar, uma sem a outra.

## REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANO AGUILAR, Rafael. **Introducción al análisis filológico**. Madrid: Castilia, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

CHARTIER, Roger. Do social ao cultural. In: \_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. A mediação editorial. In: \_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. Tradução: Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 49.

*Alicia Duhá*

*Lose*

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**. Tradução: Sandra Vasconcelos. Rio de Janeiro: Beca Produções Culturais Ltda., 1999.

*Arivaldo*

*Sacramento de*

*Souza*

HANSEN, Adolfo; MOREIRA, Marcello. **Para que entendais Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra**: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. v. 5.

30

HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza. **O Tratado Da Cozinha Portuguesa – Códice I.E 33**: aspectos culturais e linguísticos. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LE GOFF, Jacques (Org.). **Homens e mulheres da idade média**. Tradução: Nícia Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LOSE, Alicia Duhá et al. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição diplomática. Salvador: Edufba, 2009.

LOSE, Alicia Duhá. Documento monástico no acervo da Biblioteca Nacional: o dietário do mosteiro de São Bento da Bahia. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 133-134, p. 75-90, 2013-2014.

LOSE, Alicia Duhá. Edições de Documentos Históricos: a quem Interessam? a quem se Destinam? **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2, p. 71-86, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

MAIA, Clarinda A. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia et al. **ROSAE: Linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-542.

MANUPPELLA, Giacinto; ARNAULT, Salvador Dias. **O “livro de cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal - 1 edição integral do códice português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1967.

MARQUILHAS, Rita. Conceitos de pragmática linguística na mise-en-page do texto escrito. In: ABREU, Márcia; Nelson Schapochnik (Ed.). **Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005. p. 67-75.

MASSINI-CAGLIARI, G. **Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses: fontes, edições e estrutura**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MCKENZIE, D. F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

SACRAMENTO, Arivaldo; NASCIMENTO, Hervickton Israel de Oliveira. Entre a filologia e a linguística histórica: o texto como artefato histórico. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**. Crato, CE, v. 8, n. 2, 2019.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**, São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977.

TELLES, Célia Marques. **Estudos filológicos: linguística românica e crítica textual**. Salvador: EDUFBA, 2016.

*Para uma  
filologia na  
pesquisa em  
linguística  
histórica*

---

31

